

Observação:

Tendo em vista a conclusão das negociações do Acordo de Parceria entre Mercosul e União Europeia, em 6 de dezembro de 2024, o Brasil decidiu publicar os textos negociados em 2023 e 2024, a fim de garantir o efetivo exercício do direito de acesso à informação pública, assim como a transparência da gestão pública.

Vale ressaltar que esses textos são publicados apenas para fins informativos e que podem sofrer modificações adicionais em decorrência do processo de revisão legal a que estarão sujeitos, sem prejuízo dos compromissos assumidos.

Os textos definitivos serão publicados após a assinatura do Acordo.

O Acordo será vinculante para as Partes, conforme o direito internacional, somente após a conclusão dos procedimentos legais internos necessários para a entrada em vigor.

ANNEX X-C**BRAZIL'S COVERAGE ON GOVERNMENT PROCUREMENT****Appendix X-C-1****CENTRAL GOVERNMENT ENTITIES****List of Brazil**

Unless otherwise specified, Chapter X applies to the entities listed below, including their respective related agencies¹, where the value of the procurement equals or exceeds:

For Goods and Services

- From the date of entry into force of this Agreement to the end of the 7th year after its entry into force: SDR 216.000.
- From the 8th year after the entry into force of this Agreement onwards: SDR 130.000

For Construction Services

- From the date of entry into force of this Agreement to the end of the 7th year after its entry into force: SDR 8.000.000.
- From the 8th year after the entry into force of this Agreement onwards: SDR 5.000.000.

¹ For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities listed in this Annex

1. Poder Executivo

- Advocacia-Geral da União
- Casa Civil da Presidência da República
- Controladoria-Geral da União
- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
- Presidência da República
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
- Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
- Secretaria-Geral da Presidência da República
- Vice-Presidência da República
- Ministério da Agricultura e Pecuária
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Ministério da Cultura
- Ministério da Defesa
- Ministério da Educação
- Ministério da Fazenda
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- Ministério da Igualdade Racial
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
- Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Ministério da Pesca e Aquicultura
- Ministério da Previdência Social
- Ministério da Saúde
- Ministério das Cidades
- Ministério das Comunicações
- Ministério das Mulheres
- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério de Minas e Energia
- Ministério de Portos e Aeroportos
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- Ministério do Esporte
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
- Ministério do Planejamento e Orçamento
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério do Turismo
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- Ministério dos Povos Indígenas
- Ministério dos Transportes

2. Poder Judiciário

- Conselho Nacional de Justiça
- Defensoria Pública da União
- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
- Justiça do Trabalho (Tribunais Regionais do Trabalho)
- Justiça Eleitoral (Tribunais Regionais Eleitorais)
- Justiça Federal (Tribunais Regionais Federais)
- Ministério Público da União
- Superior Tribunal de Justiça – STJ
- Superior Tribunal de Justiça Militar – STM
- Supremo Tribunal Federal – STF
- Tribunal Superior do Trabalho
- Tribunal Superior Eleitoral – TSE

3. Poder Legislativo

- Câmara dos Deputados
- Senado Federal
- Tribunal de Contas da União

Notes to Appendix X-C-1

a) The following entities are not included in this Appendix: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); AEB (Agência Espacial Brasileira); CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear); e INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

b) When procured by Presidência da República, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério das Relações Exteriores and Ministério da Justiça e Segurança Pública, Chapter X does not apply to services related to information technology such as the development and maintenance of software used in the encryption of communications, storage and maintenance of databases containing personal information of Brazilian citizens, resulting from requests for documents and passport; development and maintenance of computer programs responsible for the process of preparation of documents issued by the diplomatic service to Brazilian citizens; passport book production (CPC 32610); and services related to the activities of boundaries demarcation.

c) When procured by Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, e Ministério da Educação, Chapter X does not apply to the following codes of the Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM): 61051000 (“knitted cotton shirts for men”), 61061000 (“shirts, blouses, chemisiers blouses, knitted, for women, made of cotton”), 61091000 (“shirts, including knitted interiors, made of cotton”), 61099000 (“shirts, including knitted interiors, made from other textile material”), 61102000 (“sweaters, pullovers, cardigans, vests and similar items, knitted, made of cotton”), 62034200 (“suits, sets, jackets, pants, overalls, cargo-shorts and shorts (except bathing shorts), for men, made of cotton”), 62052000 (“cotton shirts for men”).

d) When procured by Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde and their respective related agencies, Brazil reserves the right of using limited tendering for the procurement of goods supplied by a body or entity that integrates the Public Administration, as defined by Decree-Law 200 of February 25, 1967, and which has been created for this specific purpose, before the entry into force of the new tendering law 14.133/21, under the condition that the contracted price is compatible with the market price.

SUB-CENTRAL GOVERNMENT ENTITIES

Unless otherwise specified, Chapter X covers procurement by entities listed in this Appendix, subject to the following thresholds:

Thresholds:

Goods	SDR 216,000
Services	SDR 216,000
Construction services	SDR 8,000,000

List of Entities:

1 ACRE

1.1. All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

2 AMAPÁ

2.1. All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

3 AMAZONAS

3.1. All entities of the Executive Branch, including their respective subordinate agencies. For greater certainty, "subordinate agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

3.2. For the entities listed in Amazonas in this Appendix, this Agreement does not cover procurement of:

- a. artistic or cultural goods or services;
- b. goods and services related to the environmental economy of the Amazon rainforest.

4 CEARÁ

4.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

5 DISTRITO FEDERAL

5.1. Executive Branch:

1. Regional Administration of Arniqueira (Administração Regional da Arniqueira);
2. Regional Administration of Candangolândia (Administração Regional da Candangolândia);
1. Regional Administration of Águas Claras (Administração Regional de Águas Claras);
2. Regional Administration of Brazlândia (Administração Regional de Brazlândia);
3. Regional Administration of Ceilândia (Administração Regional de Ceilândia);
4. Regional Administration of Planaltina (Administração Regional de Planaltina);
5. Regional Administration of Samambaia (Administração Regional de Samambaia);
6. Regional Administration of Santa Maria (Administração Regional de Santa Maria);
7. Regional Administration of São Sebastião (Administração Regional de São Sebastião);
8. Regional Administration of Sobradinho (Administração Regional de Sobradinho);
9. Regional Administration of Sobradinho 2 (Administração Regional de Sobradinho 2);
10. Regional Administration of Taguatinga (Administração Regional de Taguatinga);
11. Regional Administration of Vicente Pires (Administração Regional de Vicente Pires);
12. Regional Administration of Cruzeiro (Administração Regional do Cruzeiro);
13. Regional Administration of Fercal (Administração Regional do Fercal);
14. Regional Administration of Gama (Administração Regional do Gama);
15. Regional Administration of Guará (Administração Regional do Guará);
16. Regional Administration of Itapoã (Administração Regional do Itapoã);
17. Regional Administration of Jardim Botânico (Administração Regional do Jardim Botânico);
18. Regional Administration of Lago Norte (Administração Regional do Lago Norte);
19. Regional Administration of Lago Sul (Administração Regional do Lago Sul);
20. Regional Administration of N. Bandeirante (Administração Regional do N. Bandeirante);
21. Regional Administration of Paranoá (Administração Regional do Paranoá);
22. Regional Administration of Park Way (Administração Regional do Park Way);
23. Regional Administration of Plano Piloto (Administração Regional do Plano Piloto);

24. Regional Administration of Recanto das Emas (Administração Regional do Recanto das Emas);
25. Regional Administration of Riacho Fundo 1 (Administração Regional do Riacho Fundo 1);
26. Regional Administration of Riacho Fundo 2 (Administração Regional do Riacho Fundo 2);
27. Regional Administration of the Complementary Industry and Supply Sector (SCIA) and of the Structural City (Administração Regional do SCIA e Estrutural);
28. Regional Administration of the Industry and Supply Sector – SIA (Administração Regional do SIA);
29. Regional Administration of Sol Nascente and Pôr do Sol (Administração Regional do Sol Nascente e Pôr do Sol);
30. Regional Administration of Sudoeste/Octogonal (Administração Regional do Sudoeste/Octogonal);
31. Regional Administration of Varjão (Administração Regional do Varjão);
32. Military House (Casa Militar);
33. Military Fire Department of the Federal District (Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal);
34. Botanical Garden Foundation in Brasília (Fundação Jardim Botânico de Brasília);
35. University of the Federal District (Universidade do Distrito Federal – UnDF);
36. Civil Police of the Federal District (Polícia Civil do Distrito Federal);
37. Military Police of the Federal District (Polícia Militar do Distrito Federal);
38. Office of the Prosecutor General of the Federal District (Procuradoria-Geral do Distrito Federal) (Note 5.3.b.);
39. Office of Communications of the Federal District (Secretaria de Comunicação do Distrito Federal);
40. State Office of Penitentiary Administration (Secretaria de Estado da Administração Penitenciária);
41. State Office of Agriculture, Food Supply, and Rural Development (Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural);
42. State Office of Civil Affairs (Secretaria de Estado da Casa Civil);
43. State Office of Youth and Young Adults (Secretaria de Estado da Juventude);
44. State Office of Women (Secretaria de Estado da Mulher);
45. State Office of Public Security (Secretaria de Estado da Segurança Pública);
46. State Office of Cities (Secretaria de Estado das Cidades);
47. State Office of Community Services (Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade);
48. State Office of Science, Technology, and Innovation (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação);
49. State Office of Culture and Creative Economy (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa) (Note 5.3.a.);
50. State Office for Development of the Metropolitan Area (Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana);
51. State Office of Economic Development (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico);
52. State Office of Social Development (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social);
53. State Office of Urban and Housing Development (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação);
54. State Office of Economy (Secretaria de Estado de Economia);

55. State Office of Education (Secretaria de Estado de Educação);
56. State Office of Sports and Leisure (Secretaria de Estado de Esporte e Lazer);
57. State Office of Government (Secretaria de Estado de Governo);
58. State Office of Justice and Citizenship (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania);
59. State Office of Works and Infrastructure (Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura);
60. State Office for Protection of the Urban Order (Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística);
61. State Office of Institutional Relations (Secretaria de Estado de Relações Institucionais);
62. State Office of Parliamentary Relations (Secretaria de Estado de Relações Parlamentares);
63. State Office of Labor (Secretaria de Estado de Trabalho);
64. State Office of Transportation and Mobility (Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade);
65. State Office of Tourism (Secretaria de Estado de Turismo);
66. State Office of Environment (Secretaria de Estado do Meio Ambiente);
67. Extraordinary Office of Family Assistance (Secretaria de Extraordinária da Família);
68. Office of Special Projects (Secretaria de Projetos Especiais);
69. Extraordinary Office for People with Disabilities (Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência).

5.2. Legislative Branch:

- 5.2.1. Audit Court of the Federal District (Tribunal de Contas do Distrito Federal).

5.3. For the entities listed in Distrito Federal, this Agreement does not cover:

- a. procurement by State Office of Culture and Creative Economy (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa) of cultural or artistic services;
- b. procurement by Office of the Prosecutor General of the Federal District (Procuradoria-Geral do Distrito Federal) of the following services: information technology, communication, management consulting and research and development.

6 GOIÁS

6.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

7 MARANHÃO

7.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

8 MATO GROSSO

8.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

9 MINAS GERAIS

9.1. Executive Branch:

1. Agency for Development of the Metropolitan Area of Belo Horizonte (Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte);
2. Agency for Development of the Metropolitan Area of Vale do Aço (Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço);
3. Regulatory Agency for Water Supply and Sanitary Sewer Services in the State of Minas Gerais (Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais);
4. State Board of Education (Conselho Estadual de Educação);
5. State Government Accountability Office (Controladoria Geral do Estado);
6. Military Fire Department of Minas Gerais (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais);
7. Technical Assistance and Rural Extension Company in the State of Minas Gerais (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais);
8. Clóvis Salgado Foundation (Fundação Clóvis Salgado);
9. Research Support Foundation of the State of Minas Gerais (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais);
10. Ouro Preto Art Foundation (Fundação de Arte de Ouro Preto);
11. Minas Gerais Work Education Foundation (Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais);
12. Caio Martins Educational Foundation (Fundação Educacional Caio Martins);
13. State Environmental Foundation (Fundação Estadual do Meio Ambiente);
14. Helena Antipoff Foundation (Fundação Helena Antipoff);
15. João Pinheiro Foundation (Fundação João Pinheiro);

16. Military Office of the Governor (Gabinete Militar do Governador);
17. Social Security Institute of the Civil Servants of State of Minas Gerais (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais);
18. Social Security Institute of the Military Servants of State of Minas Gerais (Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais);
19. State Institute of Forests (Instituto Estadual de Florestas);
20. Water Management Institute of Minas Gerais (Instituto Mineiro de Gestão das Águas);
21. Commercial Registry of the State of Minas Gerais (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais);
22. State Office of the Ombudsman (Ouvidoria Geral do Estado);
23. Civil Police of the State of Minas Gerais (Polícia Civil do Estado de Minas Gerais);
24. Military Police of the State of Minas Gerais (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais);
25. Office of Culture and Tourism (Secretaria de Cultura e Turismo);
26. Office of Economic Development (Secretaria de Desenvolvimento Econômico);
27. Office of Social Development (Secretaria de Desenvolvimento Social);
28. Office of Education (Secretaria de Educação);
29. Office of Government (Secretaria de Governo);
30. Office of Infrastructure and Mobility (Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade);
31. Office of Environment and Sustainable Development (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável);
32. Office of Planning and Management (Secretaria de Planejamento e Gestão);
33. University of the State of Minas Gerais (Universidade do Estado de Minas Gerais);
34. State University of Montes Claros (Universidade Estadual de Montes Claros);
35. Secretary of Agriculture, Livestock and Supply (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) (Note 9.4).

9.2. Legislative Branch

9.2.1 Minas Gerais Audit Court (Tribunal de Contas de Minas Gerais).

9.3. Other:

9.3.1. Public Defender's Office in the State of Minas Gerais (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais).

9.4. For the entities listed in Minas Gerais, this Agreement does not cover procurement by Secretary of Agriculture, Livestock and Supply (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) of services or construction services.

10 PARÁ

10.1. All entities of the Executive Branch, including their respective subordinate agencies. For greater certainty, "subordinate agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

11 PARAÍBA

11.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

12 PARANÁ

12.1. Executive Branch:

12.1.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

12.2. Judicial Branch:

12.2.1. Paraná State Court of Appeals (Tribunal de Justiça do Paraná).

12.3. Legislative Branch:

12.3.1. Legislative Assembly (Assembleia Legislativa);

12.3.2. Paraná State Audit Court (Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

12.4. Other:

12.4.1. State Public Prosecution Service (Ministério Público Estadual);

12.4.2. State Public Defender's Office (Defensoria Pública do Estado).

13 PERNAMBUCO

13.1 Executive Branch:

13.1.1 Office of State Administration and State Procurement Central (Secretaria de Administração do Estado e Central de Licitações do Estado);

13.1.2 State Government Accountability Office (Secretaria da Controladoria Geral do Estado);

13.1.3 State Office of the Prosecutor General (Procuradoria-Geral do Estado).

14 RIO DE JANEIRO

14.1 Executive Branch:

14.1.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

14.2 Legislative Branch:

14.2.1. Rio de Janeiro State Audit Court (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro).

14.3 Other:

14.3.1. State Public Prosecution Service (Ministério Público Estadual).

15 RIO GRANDE DO NORTE

15.1. All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

16 RIO GRANDE DO SUL

16.1. Executive Branch:

1. Ministry of Civil Affairs (Casa Civil);
2. State Agency for Regulation of Delegated Public Services in Rio Grande do Sul (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul);
3. Military Brigade (Brigada Militar);
4. Military House and Civil Defense (Casa Militar e Defesa Civil);
5. Military Fire Department (Corpo de Bombeiros Militar);
6. Independent Road Department (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem);
7. State Traffic Department (Departamento Estadual de Trânsito);
8. Project Development Office (Escritório de Desenvolvimento de Projetos);
9. Research Support Foundation of the State of Rio Grande do Sul (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul);
10. Foundation for Social and Educational Assistance (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo);
11. Rio Grande do Sul Special Protection Foundation (Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul);
12. Liberato Salzano Vieira da Cunha Technical School Foundation (Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha);

13. State Foundation for Metropolitan and Regional Planning (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional);
14. State Foundation for Environmental Protection (Fundação Estadual de Proteção Ambiental);
15. Rio Grande do Sul Social Work and Action Foundation (Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social);
16. Porto Alegre Symphonic Orchestra Foundation (Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre);
17. São Pedro Theater Foundation (Fundação Teatro São Pedro);
18. Zoobotanical Foundation (Fundação Zoobotânica);
19. Office of the Governor (Gabinete do Governador);
20. Office of the Vice-Governor (Gabinete do Vice-Governador);
21. Rio Grande do Sul Rice Institute (Instituto Rio Grandense do Arroz);
22. General Institute of Expert Examinations (Instituto-Geral de Perícias);
23. Social-Security Institute of the State of Rio Grande do Sul (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul);
24. Service, Industrial, and Commercial Registry of Rio Grande do Sul (Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul);
25. Civil Police (Polícia Civil);
26. State Office of the Prosecutor General (Procuradoria-Geral do Estado);
27. Office of Penitentiary Administration (Secretaria da Administração Penitenciária);
28. Office of Agriculture, Livestock, and Rural Development (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural);
29. Office of Culture (Secretaria da Cultura);
30. Office of Education (Secretaria da Educação);
31. Treasury Department (Secretaria da Fazenda) (Note 16.2.c.);
32. Office of Public Security (Secretaria da Segurança Pública) (Note 16.2.b.);
33. Office of Coordination and Support to Municipalities (Secretaria de Articulação e Apoio Aos Municípios);
34. Office of Communications (Secretaria de Comunicação);
35. Office of Economic Development and Tourism (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo);
36. Office of Innovation, Science, and Technology (Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia);
37. Office of Justice, Citizenship, and Human Rights (Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos);
38. Office of Logistics and Transportation (Secretaria de Logística e Transportes);
39. Office of Works and Housing (Secretaria de Obras e Habitação);
40. Office of Planning, Governance, and Management (Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão);
41. Extraordinary Office of Partnerships (Secretaria Extraordinária de Parcerias);
42. Office of Social Work and Assistance (Secretaria de Trabalho e Assistência Social);
43. Office of Sports and Leisure (Secretaria do Esporte e Lazer);
44. Office of Environment and Infrastructure (Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura);
45. Extraordinary Office of Federative and International Relations (Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais);

46. Sub-Office of the Assis Brasil State Exhibition Park (Subsecretaria do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil);
47. Superintendent's Office of the Port of Rio Grande (Superintendência do Porto do Rio Grande);
48. Superintendent's Office of Penitentiary Services (Superintendência dos Serviços Penitenciários);
49. Rio Grande do Sul State University (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul).

16.2. For the entities listed in Rio Grande do Sul, this Agreement does not cover:

- a. procurement of food for the prison system;
- b. procurement by Office of Public Security (Secretaria de Segurança Pública) of motor vehicles;
- c. procurement by Treasury Department (Secretaria da Fazenda) involving sensitive data and information or data and information protected by secrecy rules or national security rules;
- d. procurement of transportation services for public authorities, including the rental of air and ground vehicles.

17 RONDÔNIA

17.1 Executive Branch:

- 17.1.1 State Office of Economic Development (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

18 RORAIMA

18.1 Executive Branch:

1. Standing Bidding Committee (Comissão Permanente de Licitação – CPL)
2. Sectoral Commission for Bidding of the Secretariat of State for Infrastructure (Comissão Setorial de Licitação da Secretaria de Estado da Infraestrutura – CSL/SEINF)
3. Sectoral Commission for Bidding of the Secretary of State for Education and Sport (Comissão Setorial de Licitação da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – CSL/SEED)
4. Bidding Committee of the State Traffic Department of Roraima (Comissão de Licitação do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima)
5. Bidding Committee of the Institute of Social Security of the State of Roraima (Comissão de Licitação do Instituto de Previdência do Estado de Roraima)
6. Bidding Committee of the Institute of Weights and Measures of the State of Roraima (Comissão de Licitação do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima)
7. Bidding Committee of the Institute of Support to Science, Technology and Innovation of the State of Roraima (Comissão de Licitação do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima)

8. Bidding Committee of the State University of Roraima (Comissão de Licitação da Universidade Estadual de Roraima)
9. Bidding Committee of the State Foundation for the Environment and Water Resources (Comissão de Licitação da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos)
10. Bidding Committee of the Agricultural Defense Agency of Roraima (Comissão de Licitação da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima)
11. Bidding Committee of the Commercial Registry of the State of Roraima (Comissão de Licitação da Junta Comercial do Estado de Roraima)
12. Committee of the Virtual University of Roraima (Comissão de Licitação da Universidade Virtual de Roraima)
13. Bidding Committee of the Institute of Land and Colonization of the State of Roraima (Comissão de Licitação do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima)

18.2 Judicial Branch:

18.2.1 Roraima State Court of Appeals (Tribunal de Justiça de Roraima) – TJ/RR

19 SANTA CATARINA

19.1. All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

20 SÃO PAULO

20.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

21 TOCANTINS

21.1 All entities of the Executive Branch, including their respective related agencies. For greater certainty, "related agencies" comprises all subordinate bodies and agencies of public law with separate legal personality within the structure of the entities included in this Appendix.

OTHER ENTITIES

Chapter X does not cover procurement carried out by other entities of Brazil.

GOODS

Unless otherwise specified, Chapter X covers all procurement of goods carried out by the entities listed in Appendix X-C-1 and Appendix X-C-2, with the exception of the goods listed below, in the Brazilian procurement classification CATMAT (Catálogo de Materiais).

- 3695 06786 Specialized woodworking equipment
- 3710 Equipment for preparation of soil
- 3720 Harvesting equipment
- 3740 11339 Spray equipment
- 3805 Equipment for excavation and earthmoving
- 3810 Cranes and excavators
- 3820 Equipment for mining, rock and earth drilling and related equipment
- 3825 Road clearing and cleaning equipment
- 3830 Accessories for trucks and tractors
- 3895 06670 Equipment for asphalt compacting
- 4120 13768 Air conditioners
- 6670 Scales
- 6810 Chemicals
- 6820 Dyes
- 6830 Gases, compressed and liquified
- 6840 Pesticides and disinfectants
- 6850 Miscellaneous chemical specialties
- 8820 47643 Live animals, not bred for food

SERVICES

Unless otherwise specified, Chapter X covers the procurement carried out by the entities listed in Appendix X-C-1 and Appendix X-C-2 of the following services. The services listed below are identified in accordance with the document MTN.GNS/W/120, July 10, 1991, from the WTO, and the Provisional Central Product Classification United Nations Statistical Papers, Series M, number 77.

SECTORS AND SUBSECTORS	CORRESPONDENCE ON CPC
<u>1. Business Services</u>	<u>Section B</u>
A. Professional Services	
d. Architectural services	8671 - Architectural services
e. Engineering services	8672 - Engineering services
f. Integrated engineering services	8673 - Integrated engineering services
g. Urban planning and landscape architectural services	8674 - Urban planning and landscape architectural services
B. Other Business Services	
b. Market research and public opinion polling services	864 – Market research and public opinion polling services.
c. Management consulting services	865 – Management consulting services.
d. Services related to management consulting	86601 - Project management services other than for construction
e. Technical testing and analysis services.	8676 – Technical testing and analysis services.
f. Services incidental to agriculture, hunting and forestry	881 – Services Incidental to agriculture, hunting and forestry
	8811 – Services incidental to agriculture
	8812 – Services incidental to animal husbandry

	8813 – Services incidental to hunting.
	8814 – Services incidental to forestry and logging
g. Services incidental to fishing	882 – Services incidental to fishing
o. Building-cleaning services	8740 – Building-cleaning services
q. Packaging services	8760 – Packaging services.
s. Convention services	87909 – Convention services
6. Environmental Services	
A. Sewage services	9401 – Sewage services

Notes to Appendix X-C-5

a) Brazil reserves the right of using limited tendering for the procurement of services supplied by a body or entity that integrates the Public Administration, as defined by Decree-Law 200 of February 25, 1967, and which has been created for this specific purpose, before the entry into force of new tendering law 14.133/21, under the condition that the contracted price is compatible with the market price.

CONSTRUCTION SERVICES AND WORKS CONCESSIONS

1 CONSTRUCTION SERVICES

All services listed in Division 51 of the Provisional Central Product Classification (CPC).

2 WORKS CONCESSIONS

When awarded by entities listed in Appendix X-C-1 and Appendix X-C-2 and subject to the thresholds applicable to construction services contracts as specified in Appendix X-C-1 and Appendix X-C-2, the only article of Chapter X that shall apply to works concessions contracts is Article 6 (General Principles). For the purpose of this paragraph, works concessions contracts means any contractual agreement the main objective of which is to undertake the construction or rehabilitation of physical infrastructure, plants, buildings, facilities, or other government- owned works, and under which a procuring entity grants to a supplier, through a contract and for a specified period of time, the temporary ownership or the right to control, operate and demand payment for the use of those works for the duration of the contract.

GENERAL NOTES

Unless otherwise specified, the following general notes apply to Chapter X:

1. Chapter X does not apply to:
 - a. procurement made outside the territory of Brazil for consumption outside the territory of that Party;
 - b. contracting related to the delegation of services, such as authorizations, permits, and concessions, except for the concessions of works which are covered under Section 2 of Appendix X-C-6;
 - c. public procurement of goods and services purchased under food and nutritional security and school feeding programmes that support family farmers or family farming cooperatives carrying specific registration, according to Brazil's laws and regulations;
 - d. procurement related to the Unified Health System (SUS).
2. The prohibition of **offsets** outlined in Article X.11 shall not apply to Brazil if the conditions and their assessment are non-discriminatory among potential tenderers, clearly defined in the procurement documents and indicated in the notice of intended procurement.
3. Brazil reserves the right to apply **margins of preference** to national manufactured goods and services as established in the federal Brazilian legislation. The European Union shall be informed within 30 (thirty) days after the government takes a decision regarding goods and services that may fall under this category.
4. Brazil reserves the right to apply margins of preference in prices, as well as **set-aside** policies of up to 25 % of the procurement object, in favor of its micro and small enterprises².
5. Brazil reserves the right to conduct a limited tendering procedure in procuring goods and services from non-profit Brazilian institutions dedicated to social assistance, public services, or social services of public interest.
6. In addition to the possibility to conduct limited tendering for pre-commercial government

² According to *Lei Complementar* N° 123 of December 14, 2006, which establishes the *Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*, a microenterprise is defined as a legal entity or sole proprietorship with an annual gross revenue of up to R\$ 244,000.00. A small business is defined as a legal entity or sole proprietorship with annual gross revenue between R\$ 244,000.00 and R\$ 1,200,000.00. These limits are calculated proportionally in the first year of operation. The law also modifies provisions in Laws N° 8.212 and 8.213 of 1991, the *Consolidação das Leis do Trabalho* (approved by *Decreto-Lei* N°. 5.452 of 1943), Law N°. 10.189 of 2001, *Lei Complementar* N°. 63 of 1990, and revokes Laws N°. 9.317 of 1996 and 9.841 of 1999. Additionally, classification changes do not affect previously signed contracts. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm?origin=instituicao

procurement aimed at promoting the development of innovative solutions for public sector needs set forth in Article X.1 (e), Brazil may, whenever this provision has been invoked, use limited tendering for subsequent purchases of the same goods and services that have been developed under such arrangement from the national developer of the prototype or first good or service .

7. Article.13(2) shall be applied by Brazil 3 (three) years after the date of entry into force of this Agreement.